



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - Contratação de empresa especializada para execução de projeto e fornecimento de máquina de solda por resistência (Solda tipo costura) para o culote dos corpos de granada de calibres 105 mm e 155 mm, para a Seção de Produção Mecânica, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, visando atender às necessidades de produção.

1.2 - Em linhas gerais, a máquina de solda por resistência (Solda tipo costura) para o culote das granadas deverá ser constituída de base de apoio dos corpos de granada, sistemas de operação que atendam à NR-12, os drives e controladores montados em painel elétrico de comando, sistema de refrigeração e dissipação de calor dos eletrodos, todos os componentes elétricos e eletrônicos, conectores e condutores elétricos, caixas de passagem de fio, quadro de energia, eletrodutos, conexões e demais componentes para o correto dimensionamento e funcionamento da máquina como um todo.

1.3 - O prazo inicial de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da homologação, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 71 da Lei nº 13.303, de 2016.

1.4 - Características Técnicas do Produto

Máquina de solda por resistência - Solda tipo costura; Sentido de costura: Longitudinal; Sistema de tração: Disco Superior; Potência (kva): 250 kVA; Disjuntor geral e chave seccionadora proteção; Tecnologia de soldagem: Trifásica; Frequência de operação: 1000 Hz; Transformador de solda; Inversor de solda; Tensão de Comando 24 VDC; Tensão da rede de energia: 380V TRIFÁSICO; Abertura Útil: Curso do cilindro 70 mm; Disparo: Pedal Elétrico de segurança com emergência; Acionamento: Pneumático; Comutação: IGBT; Controle de velocidade de solda: Servo motor com controle do perímetro de solda; NR 12 SEGURANÇA: Grades de proteção laterais, Incluso Cortina de Luz, resolução mão, Relé de segurança, Porta de acesso com chave de segurança; IHM 07”; CLP com cabo de comunicação específico do fabricante; Controle na IHM; Controle de posição do cabeçote superior; Roteador de rede; Acesso Remoto; PC Industrial; Software de gestão de solda; Software de gestão e Conectividade; conjunto de Eletrodos CuCrZr para cada calibre; Controlador fluxo: 01 para transformadores – 01 para inversor Controladores de temperatura de água - 01 para transformadores – 01 para inversor Pressão; Pressão de ar para trabalho entre 2 e 10 BAR; Entrega Técnica; Treinamento de operação, solda e manutenção; Sistema de giro da peça Fixo em frente a máquina Dispositivo fixação da peça Mesa para giro da peça Com controle de velocidade de giro e parada automática; Thermo Chiller de refrigeração Incluso; Adequação à NR 10.

CATMAT	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO
601594	1 UNIDADE	R\$ 1.064.400,00

**numeração de CATMAT é apenas de referência. As características descritas nos Itens “1.4” e “4” que deverão ser levadas em consideração para o fornecimento do equipamento.*

O valor máximo aceitável da contratação é de R\$ 1.064.400,00 (Um milhão, sessenta e quatro mil e quatrocentos reais).



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de uma nova máquina de solda por resistência tipo costura representa uma medida estratégica indispensável para o aumento da capacidade produtiva da fábrica de Juiz de Fora. Este investimento está alinhado com os objetivos de excelência operacional e atende diretamente às exigências técnicas dos produtos fabricados, conforme especificado nas documentações normativas. A nova máquina permitirá ganhos significativos em eficiência, por meio da automatização da troca de parâmetros de soldagem, reduzindo o tempo de setup e aumentando a flexibilidade da linha de produção.

Além disso, a implementação de controle de qualidade e rastreabilidade da solda será viabilizada com maior precisão, garantindo conformidade com os padrões exigidos por clientes e órgãos reguladores. Trata-se de um recurso essencial para assegurar a consistência dos processos e a confiabilidade dos produtos finais, especialmente em aplicações críticas como as voltadas à Defesa Nacional.

No contexto atual, observa-se um crescimento contínuo na demanda por corpos de granada com elevado padrão de qualidade, o que reforça a urgência da aquisição de uma nova máquina de solda do culote, capaz de atender aos calibres 105 mm e 155 mm. A IMBEL/FJF dispõe atualmente de apenas um equipamento para essa finalidade, cuja operação remonta à década de 1950. O desgaste natural decorrente de décadas de uso intensivo tem gerado uma elevada taxa de manutenção, comprometendo a disponibilidade e a estabilidade do processo produtivo.

As condições operacionais da Linha de Solda do Culote exigem uma série de procedimentos manuais que impactam negativamente a produtividade e a segurança dos operadores. O processo atual envolve o manuseio de granadas com massa de até 50 kg, ajustes manuais de parâmetros de soldagem, movimentação física até os eletrodos, acionamento por botoeiras e remoção manual da peça. Esse modelo, além de ergonomicamente desfavorável, limita a repetibilidade e a rastreabilidade do processo, comprometendo a qualidade e a padronização dos produtos.

A proposta de modernização contempla a aquisição de uma máquina de solda com alto grau de automação, capaz de executar todas as etapas do processo sem intervenção humana direta. A inserção dos parâmetros será realizada por meio de Interface Homem-Máquina (IHM), promovendo maior controle, precisão e padronização. Os benefícios esperados incluem aumento da produtividade, redução de custos operacionais, otimização de recursos e materiais, melhoria na repetibilidade e reprodutibilidade dos resultados, além de ganhos expressivos em segurança para os operadores.

Diante desse cenário, a aquisição de uma máquina de solda mais autônoma não é apenas necessária — é estratégica. Trata-se de uma decisão que garante a continuidade, a eficiência e a evolução do processo de fabricação de granadas de grosso calibre. Considerando a complexidade tecnológica envolvida e a relevância do produto para a Defesa Nacional, é fundamental que a execução deste objeto seja conduzida por empresa especializada, com experiência comprovada na implantação de soluções de automação e soldagem industrial.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 – Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, sempre que possível, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

3.2 - Indicação de marcas ou modelos

Na presente contratação será admitida a indicação de marcas, características ou modelos, de acordo com critérios já estabelecidos pelo requisitante, que busca manter a Capacidade instalada já utilizada e visando à qualidade dos serviços produtivos na IMBEL – Fábrica de Juiz de Fora.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

Os itens que possuem indicação de marca e modelo são aqueles que, ratificados internamente, são os únicos capazes de atender ao objeto ou necessitam de padronização, conforme previsto no inciso I, do art. 47, da Lei 13.303/2016.

3.3 - Da exigência de carta de solidariedade

Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade, emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

3.4 - Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.5 - Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação, conforme previsão do Art. 70 da Lei 13.303/16.

4 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 - Para o adequado fornecimento da máquina de solda por resistência (Solda tipo costura) para o culote das granadas calibres 105 mm e 155 mm, devem ser atendidas as condições mínimas e necessárias descritas nos subitens a seguir:

- Máquina de solda por resistência, tipo costura, com tecnologia por média frequência MFDC 1000 Hz;
- Controle de velocidade por inversor de frequência;
- Parâmetros de soldagem executados pelo controlador de solda em IHM;
- Modelo de solda por costura longitudinal dupla (dois eletrodos);
- Sentido de costura: longitudinal circular;
- Sistema de tração: disco superior;
- Mesa para giro da peça com controle de velocidade de giro e parada automática;
- Controle de velocidade de solda: servo motor com controle do perímetro de solda, conforme calibre;
- Dispositivo fixação da peça para os calibres 105 mm e 155 mm;
- Potência máxima: 400 kVA;
- Transformador de solda: 2 x 250kVA;
- Inversor de solda: 1200A;
- Tensão de comando: 24 VDC;
- Tensão de Válvula: 24 VDC;
- Tensão da rede de energia (v): 380 V trifásico;
- Diâmetro dos eletrodos: a ser definido de acordo com o calibre pelo fabricante;
- Abertura útil (curso do cilindro): 70 mm;
- Disparo da solda: pedal elétrico / ou botoeira bi-manual de segurança com emergência;
- Acionamento: pneumático;
- Cabo de dados do CLP;
- Controle na IHM para desgaste de eletrodos e parametrização da máquina;
- Computador industrial;
- Controle de posição do cabeçote superior;
- Software de gestão e rastreabilidade de solda;
- Eletrodos em liga CuCrZr;
- Sistema de refrigeração com chiller;
- Controlador de fluxo e temperatura da água para resfriamento da máquina;
- Pressão de operação da rede de ar comprimido entre 2 bar e 10 bar;



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

- Treinamento de operação: 10 vagas;
- Treinamento de manutenção: 10 vagas;

A máquina deverá atender à NR 12, contendo: confinamento com grades de proteção laterais, dianteiras e traseiras, cortina de luz para as mãos, relé de segurança, porta de acesso com chave de segurança, CLP de segurança, pedal de acionamento de segurança com trava, laudo técnico e ART e porta de acesso com chave de segurança para a equipe de manutenção.

5 - DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

A seguinte documentação técnica deverá ser enviada em português pela empresa fornecedora do equipamento:

- Manual de providências iniciais a ser entregue com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência anteriormente à entrega do equipamento;
- Manuais de operação e manutenção;
- Listagem de peças de reposição;
- Esquemas elétricos e hidráulicos; e
- Os manuais devem ser impressos e também em mídia digital, contendo os arquivos 3D (formato STEP) e 2D (formatos PDF e DWG).

6 - TREINAMENTOS

Os treinamentos a serem ofertados deverão contemplar:

10 (dez) vagas de treinamento em programação e operação a ser realizado nas instalações da IMBEL em Juiz de Fora / MG.

10 (dez) vagas no curso de manutenção mecânica e eletroeletrônica a ser realizado nas instalações da IMBEL em Juiz de Fora / MG.

As despesas referentes às locomoção e estadia do pessoal que ministrará os treinamentos correrão às expensas do fornecedor.

A contratada deverá fornecer Certificados de Participação dos cursos de Operação, Programação e Manutenção aos participantes da contratante.

7 - GARANTIA

O equipamento deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses a contar da data da aprovação técnica final na IMBEL/FJF, quanto a quaisquer defeitos ou vícios de fabricação. O fornecedor deverá prover assistência técnica disponível no Brasil e peças de reposição por 10 anos. Todas as despesas de viagens, incluindo transporte e estadia, da equipe da empresa fornecedora do equipamento em decorrência de manutenção mecânica ou eletroeletrônica durante o período de garantia deverão correr por conta da empresa fornecedora do equipamento.

O contato da IMBEL/FJF com a empresa fornecedora do equipamento durante o período de garantia para solução de eventuais reparos deverá ocorrer de forma oficial pela utilização de instrumentos como e-mail e ofícios, bem como a solução dos problemas descritos deverá ocorrer com a maior brevidade possível por parte da empresa fornecedora do equipamento.

8 - RECEBIMENTO TÉCNICO DO OBJETO

Nos termos do artigo 76 da Lei nº 13.303/2016, o recebimento do objeto contratual será realizado em duas etapas: provisória e definitiva, sendo esta última de natureza técnica e obrigatória para a conclusão do processo de contratação.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

O **recebimento provisório** será efetuado após a entrega física do bem ou serviço, com verificação preliminar de conformidade documental e quantitativa, podendo ser realizado por servidor designado ou comissão específica.

O **recebimento definitivo**, de caráter técnico, ocorrerá após a validação integral das especificações contratuais, mediante análise funcional, testes operacionais, inspeções técnicas e emissão de laudo conclusivo. Esta etapa visa assegurar que o objeto atende plenamente aos requisitos de desempenho, qualidade, segurança e rastreabilidade exigidos. Descrito na quarta etapa do cronograma físico-financeiro

Somente após o recebimento técnico definitivo será autorizada a liberação final de pagamentos, bem como o encerramento formal do contrato. Eventuais não conformidades identificadas durante essa etapa deverão ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional para a contratante, dentro dos prazos estabelecidos.

A contratada deverá disponibilizar todos os recursos necessários para a realização dos testes e validações técnicas, incluindo pessoal qualificado, documentação técnica, ferramentas e suporte operacional.

O equipamento deverá ser entregue nas instalações da IMBEL/FJF em Juiz de Fora, com todas as despesas e responsabilidades por conta do fornecedor, inclusive movimentações internas até o local escolhido para instalação do equipamento. O fornecedor deverá ser o responsável pela completa instalação (“start-up”) do equipamento nas instalações da IMBEL/FJF. O prazo para entrega efetiva será de 200 dias, após emissão da Nota de Empenho, sendo discriminados da seguinte forma:

- 30 dias corridos para execução do projeto e apresentação.
- 20 dias para realização de ajustes no projeto e entrega da documentação, sendo inclusos:
 - a) Pasta com documentação devidamente identificada;
 - b) Projeto mecânico em mídia digital e 2D (formatos PDF e DWG);
 - c) Projeto elétrico impresso e no formato PDF;
 - d) Descritivo de funcionamento impresso e em formato PDF;
 - e) Memorial de cálculos e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do projeto mecânico e elétrico impressos e digitalizados no formato PDF;
 - f) Lista de peças comerciais e lista de *Spare parts* (peças de reposição); e
- 120 dias para a fabricação e transporte até as instalações da CONTRATADA e instalação do equipamento.
- 30 dias de teste do equipamento após a instalação.

9 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 - Condições de Entrega

O prazo para entrega efetiva será de 200 dias, sendo, discriminados da seguinte forma:

1ª Etapa: 30 dias para elaboração do projeto e entrega de documentação técnica referente ao objeto contratado.

2ª Etapa: 20 dias para aprovação do projeto pela IMBEL/FJF

3ª Etapa: 120 dias. A terceira etapa consiste na construção e instalação do objeto do contrato.

4ª Etapa: A quarta etapa se dará com a entrega técnica, treinamento de operação (mínimo de 3 horas), treinamento de manutenção (mínimo de 3 horas) e teste de validação do objeto do contrato.

Ao término da entrega deverá ser entregue a documentação referente ao projeto “as built”.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

Após 30 dias do equipamento em funcionamento pleno, sem apresentar defeitos, vícios ou falhas de montagem e instalação será dado a finalização do contrato.

a) Fabricação e transporte do equipamento para a IMBEL - Fábrica de Juiz de Fora, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 7500, bairro Benfica, Juiz de Fora, MG, CEP 36092-060;e

9.2 - O equipamento será recebido provisoriamente pela contratante, por funcionário ou comissão designada pela autoridade competente ,após a entrega do equipamento na IMBEL-FJF,conforme estabelecido no item **10.1.1 b)** deste termo de referência.

9.3 - Após a **aprovação** provisória do objeto pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá cumprir o prescrito nos itens **10.1.2 e 10.1.3** .

9.4 - O equipamento será recebido **definitivamente** por funcionário ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

9.5 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 - As entregas ocorrerão sempre em horário comercial, de 2ª à 6ª feira, Das 8 horas as 11 horas e de 13 horas as 15 horas, mediante agendamento prévio entre as partes que, conforme o caso, poderão convencionar cronograma (s) de entrega (s) que tenham logística benéfica e aceitável por ambas as partes.

9.8 - Caso não seja possível a (s) entrega (s) na (s) data (s) pactuada (s), a empresa deverá comunicar formalmente as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

9.9 - NO CASO DE PRODUTOS PERECÍVEIS, O PRAZO DE VALIDADE NA DATA DA ENTREGA NÃO PODERÁ SER INFERIOR A DOIS TERÇOS DO PRAZO TOTAL RECOMENDADO PELO FABRICANTE.

9.10 - Todo o custo relacionado a entrega dos itens serão por conta do fornecedor, seguindo a modalidade CIF, onde: CIF é a sigla para *Cost, Insurance and Freight* (Custo, Seguro e Frete). No frete CIF, a empresa que vende o produto (vendedor) é responsável pela entrega. **Além disso, o pagamento é feito no local de origem do embarque.**



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

10 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Atividade / Prazo	1º Etapa 7.1	2º Etapa 7.2	3º Etapa 7.3	4º Etapa 7.4	Total
Percentual pago por etapa	-	30%	60%	10%	100%
Dias corridos	30	20	120	30	200
Projeto					
Aprovação do projeto					
Fabricação e instalação					
Teste de validação					

10.1 – Primeira Etapa

A contratada deverá entregar na primeira etapa os seguintes itens:

- Pasta com documentação devidamente identificada;
- Projeto mecânico em formato digital e impresso, contendo os arquivos 3D e 2D (formatos PDF e DWG);
- Projeto elétrico e de automação formato digital (formatos PDF e DWG) e impresso;
- Manuais de operação e manutenção impressos e em formato PDF;
- Memorial de cálculos;
- ART do projeto mecânico e elétrico impressos e digitalizados no formato PDF;
- Lista de peças comerciais e lista de “Spare parts” (peças de reposição).

10.2 – Segunda Etapa

A segunda etapa consiste na aprovação do projeto por parte da CONTRATANTE, será considerado o tempo de 20 dias corridos para análise e “feedbacks”. Sendo aprovado o Projeto, será pago a primeira parcela do contrato compreendendo 30% da Nota de Empenho.

10.3 – Terceira Etapa

A terceira etapa consiste na construção e instalação do objeto do contrato, e dará início após a APROVAÇÃO da SEGUNDA ETAPA pela contratante.

Ao término da instalação do equipamento nas dependências da CONTRATANTE, e atestado a as condições exigidas neste Termo de referência, será pago a segunda parcela do contrato compreendendo 60% da Nota de Empenho.

10.4 – Quarta Etapa

A quarta etapa se dará com a entrega técnica, treinamento de operação (mínimo de 3 horas), treinamento de manutenção (mínimo de 3 horas) e teste de validação do objeto do contrato.

Ao término da entrega deverá ser entregue a documentação referente ao projeto “as built”.

Após 30 dias do equipamento em funcionamento pleno, sem apresentar defeitos, vícios ou falhas de montagem e instalação será dado a finalização do contrato onde será pago os 10 % finais da Nota de empenho.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

11 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 13.303, de 2016, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3 - As comunicações entre contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4 - A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

11.7 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a contratante. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

11.8 - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II;
Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

11.9 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

11.10 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

11.11 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

Fiscalização Administrativa

11.12 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.13 - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

11.14 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

11.15 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

11.16 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

11.17 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

11.18 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão, pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

11.19 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da IMBEL. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

11.20 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

12 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

12.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.2 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela contratante, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.5 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser comunicado à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.6 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela contratante durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.7 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

12.8 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

12.9 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- (a) O prazo de validade;
- (b) A data da emissão;
- (c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- (d) O período respectivo de execução do contrato;
- (e) O valor a pagar; e
- (f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

12.10 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.11 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos respectivos sítios eletrônicos oficiais.

12.12 - A contratante deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

12.13 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.14 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.15 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.16 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

12.17 - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

12.18 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

12.19 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.20 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.21 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

12.22 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

12.23 - No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

13.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.2 - Modalidade de Compras: O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

13.3 - Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto DEVERÁ ser integral, conforme previsto no item 4.

13.4 - Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.5 - Habilitação jurídica

13.5.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.5.2 - Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.5.3 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.5.4 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.5.5 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

13.5.6 - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

13.5.7 - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.6 - Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Balço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

- (a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- (b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- (c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- (d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

A empresa interessada deverá apresentar pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, devidamente registrado na entidade profissional competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Além disso, deverá comprovar que já executou serviço pertinente e compatível em características do Objeto definido neste Termo.

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela IMBEL, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Será admitida a substituição dos profissionais citados por outros de experiência equivalente ou superior.

14 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Filial nº 2 – Fábrica de Juiz de Fora
TERMO DE REFERÊNCIA DVPRO 037/2025

O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.064.400,00 (Um milhão, sessenta e quatro mil e quatrocentos reais, conforme média dos orçamentos apresentados e anexados a este Termo de referência no ANEXO A - Orçamentos.

A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

15 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 16501/168006;
- II) Fonte de Recursos: *[informada tempestivamente na emissão da nota de empenho]*;
- III) Programa de Trabalho: *[informado tempestivamente na emissão da nota de empenho]*;
- IV) Elemento de Despesa: *[a definir, conforme enquadramento do item contratado]*;
- V) Plano Interno: *[a definir, conforme oportuna descentralização de créditos]*;

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16 - RESPONSÁVEIS

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Juiz de Fora, 23 de janeiro de 2026

LUCAS MELO DA SILVA
Chefe da Seção de Produção Mecânica - DVPRO/FJF